

26^a. REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

Porto Seguro

1º a 4 de maio de 2008

FP 05 – Antropologia e Turismo: diferença, desigualdade
e processos reflexivos

A FEIRA DE ARTE E ARTESANATO DE BELO HORIZONTE

GILDA DE CASTRO RODRIGUES

Este ensaio encerra uma análise sobre a Feira de Arte, Artesanato e Variedades que é realizada todos os domingos, há 39 anos, em Belo Horizonte para apresentar sua história, indicar sua importância na economia local e descrever sua infra-estrutura, porque vários problemas vêm comprometendo o bem-estar dos expositores e das diversas categorias de visitantes da própria cidade ou de outros pontos do país e do mundo. Ela poderia ser, entretanto, um importante evento se estivesse inserida em consistentes projetos do turismo de negócios, pois a capital mineira tem incrementado esse tipo de atividade para maximizar suas peculiaridades que a tornam muito atraente no agendamento de feiras e congressos nacionais: localização privilegiada na região Sudeste, proximidade de cidades históricas, reconhecimento como pólo de moda e recursos próprios de uma grande cidade, como aeroporto internacional, razoável rede hoteleira, comércio diversificado e moderno centro de convenções. Mesmo assim, a feira de artesanato não recebe a devida atenção do poder público ou de poderosas organizações do turismo, embora atraia caravanas de lojistas de muitos estados, dinamizando a economia local e divulgando a produção dos mineiros além de suas fronteiras. Esses viajantes não têm acesso a alojamento confortável por algumas horas, estacionamento seguro para os ônibus e informações consistentes sobre o empreendimento que envolve 2.470 expositores. O stand da Prefeitura Municipal conta com apenas uma funcionária que trabalha sem computador, entre 7h30 e 13 h. Ela precisa desdobrar-se entre a supervisão de 30 fiscais, o recebimento de queixas dos feirantes e a orientação aos turistas sobre os tipos de mercadorias e sua localização em espaço densamente ocupado sem referências adequadas de corredores e barracas.

Existem outras feiras na cidade, mas nenhuma apresenta tanta diversidade de produtos nem atrai tantos consumidores. Passam por ela, em cada domingo, entre 80 a 120

mil visitantes que realizam negócios de pelo menos 5 milhões de reais por dia. Provoca um estrangulamento no trânsito do hiper-centro e dificulta o acesso à região hospitalar, mas a população não protesta por esse transtorno semanal, pois reconhece que pode adquirir produtos interessantes a baixo custo. Torna-se, então, importante analisar os problemas atuais para apresentar sugestões ao poder público que pode promover a inclusão dessa feira na agenda de turismo do país, divulgando a criatividade dos artesãos mineiros. Ficará evidente aqui a necessidade de uma política mais sistematizada para conferir mais conforto, segurança e prazer a todos que saem a passeio ou a negócios e merecem voltar felizes para sua residência, pois fomentam a economia, adquirem conhecimento e contribuem para a circulação de informações entre os diferentes grupos sociais. Tudo isso promove a geração de empregos, inspira a preservação do patrimônio e contribui decisivamente para a melhoria de qualidade de vida de todos que se voltam para esse setor da produção, pois eles procuram respeitar os valores culturais do outro e adotar medidas profiláticas em áreas com intenso deslocamento humano.

Os dados foram obtidos em entrevistas com diferentes segmentos que expuseram suas razões para freqüentar a feira, apontando problemas e vantagens para consumir, trabalhar ou investir em mercadorias para seu próprio negócio na sua cidade de origem. Há também aqui várias considerações nascidas de minhas visitas enquanto consumidora e pesquisadora ao longo de 35 anos. Identifiquei, por exemplo, as diferenças entre a proposta inicial de feira de arte na Praça da Liberdade para a feira de “industrianato” da Avenida Afonso Pena, decorrentes do crescimento vertiginoso no número de expositores e da significativa alteração no perfil socioeconômico dos visitantes. Consultei também farto material jornalístico, sites da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e da BELOTUR e o Arquivo Público de Belo Horizonte.

Belo Horizonte foi planejada para ser a capital do Estado de Minas Gerais sob a inspiração das proposições positivistas que predominaram no Brasil logo após a proclamação da República. Tinha, então, um arrojado projeto urbanístico e arquitetônico, porque isso garantiria uma cidade modelo que foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897. Precisou, entretanto, assimilar, em pouco tempo, uma população distante dos ideais estabelecidos pelos construtores, mas indispensável para realizar todas as tarefas próprias do ambiente urbano. A nova capital constituía um importante canteiro de obras que atraiu um grande contingente de imigrantes italianos, alemães e árabes, além de muitos mineiros.

A cidade tem excelente localização geográfica na região Sudeste e beneficiou-se da construção de Brasília, pois era um ponto de descanso para quem estivesse viajando entre o Rio de Janeiro e a nova capital federal quando o Centro-Oeste era um imenso vazio. Belo Horizonte tornou-se um importante entroncamento rodoviário e isso estimulou a instalação de várias indústrias no Município de Contagem criado para resolver questões burocráticas relacionadas à necessidade de ampliação do fornecimento de energia elétrica que não seria realizado pela concessionária daquela época.

A Feira de Artes, Artesanato e Variedades é um importante capítulo na história da capital mineira, na perspectiva de visitantes oriundos de diferentes estados e países, pois apresenta muitos produtos e foi pioneira nesse tipo de atividade. Constituiu, hoje, o setor mais exuberante da economia informal do Município de Belo Horizonte, porque permite a emergência de talentos para o artesanato e oferece mercadorias sem transgredir normas de comportamento, ocupando mais de 25 mil trabalhadores. Os credenciados beneficiam-se de incentivos municipais e estaduais para essa atividade, tendo um ponto de venda semanal a baixo custo, embora precisem enfrentar muitos transtornos durante o seu expediente de trabalho que acontece aos domingos e se estende de 4 às 14 horas na principal avenida da cidade.

Essa feira não acontece somente quando o dia sete de setembro ocorre no domingo, pois o desfile militar para celebrar a Independência do Brasil é realizado na mesma avenida. Mesmo assim, nenhum expositor reclama do sacrifício do dia destinado tradicionalmente para o descanso e louvor a Deus, porque todos têm excelente espaço para comercializar sua produção e isso vem garantindo o sustento da família e formação, em alguns casos, de um bom patrimônio.

A feira foi criada por 465 artesãos e artistas plásticos em 1969. Eles se organizaram para vender diretamente sua produção, instalando-se na Praça da Liberdade aos domingos. Era um momento de grande mudança no comportamento decorrente de inovações tecnológicas, dos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos, da rebelião estudantil na França, da vulgarização da pílula anticoncepcional e do endurecimento do regime militar instalado no Brasil desde 1964. Intelectuais, músicos, poetas e artistas plásticos constituíam um grupo de vanguarda que contestava antigos padrões de comportamento e propunham novos paradigmas de estética corporal, assumindo peculiaridades no vestuário, nos adornos e no cabelo. O artesanato emergiu vigorosamente

para atender às demandas por roupas, bijuterias e utilidades domésticas além dos parâmetros seguidos pela indústria. Jovens talentosos seguiram, então, essa trilha e ocuparam uma praça para expressar liberdade, alegria e criatividade justamente no primeiro ano da vigência do AI-5. O ambiente ficou conhecido como “Feira Hippie” e atraiu o interesse dos abonados moradores da região Centro-Sul de Belo Horizonte que justificavam a visita como um “passeio cultural”, pois tinham acesso a obras de arte, apreciavam uma mercadoria exótica e dialogavam com os artistas. Estes curtiam a interatividade como um fenômeno novo em suas vidas, conforme depoimento de uma entrevistada que foi expositora entre 1973 e 1984. Descobriram também uma oportunidade singular para a discreta circulação de informações sobre a repressão política, pois os contestadores das tradições eram percebidos também como adversários dos ditadores.

Alguns pioneiros eram escultores e pintores consagrados, mas havia muitos iniciantes que trabalhavam com minerais, couro e metal. Tiveram apoio imediato do governador Israel Pinheiro para usar, semanalmente, o espaço público defronte à sede do governo estadual em empreendimento privado. Somente em 1973, a Prefeitura Municipal oficializou a feira e definiu um regulamento, mas sua existência já estava consolidada, pois a localização privilegiada e o ineditismo do evento tinham garantido o sucesso entre os belo-horizontinos e os turistas nacionais e estrangeiros.

Pouco tempo depois, outra feira foi criada para funcionar às quintas-feiras à noite, no mesmo local. Ela seria a primeira etapa dos aspirantes a uma vaga no evento maior. Ninguém reclamava do desconforto, embora todos usassem apenas as árvores ou uma barraca de praia para proteção das intempéries. Esse incremento desagradou os artistas plásticos mais prestigiados que se afastaram, justificando que tinha havido desvirtuamento da proposta inicial, pois as obras não apresentavam a mesma qualidade artística.

Em 1991, a Prefeitura Municipal deslocou o empreendimento para a Avenida Afonso Pena, justificando que a praça da Liberdade estava prejudicada e era importante aumentar o número de expositores para oferecer mais produtos. O nome mudou para Feira de Artes e Artesanato, agregando muitos representantes da “indústria de quintal”. Hoje são 2.470 expositores que se dividem em 18 setores, conforme o tipo de mercadoria. Ela se subordina à Gerência de Feiras da Secretaria Municipal de Administração da Regional Centro-Sul. As diretrizes são formuladas por uma comissão de seis artistas/artesãos e seis

técnicos que representam as secretarias de turismo, saúde, segurança, cultura e administração, pois todas elas abrangem atividades indispensáveis ao evento.

A feira passou por uma pequena alteração em 2005 para liberar duas pistas da avenida ao deslocamento de viaturas e ambulâncias em caso de incidente, conforme determinação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, pois a Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo considerou que havia sérios riscos à segurança dos expositores, visitantes e proprietários dos imóveis da área se houvesse incêndio ou tumulto durante a feira. Um novo layout deve ser implantado brevemente para oferecer mais segurança, conforto e eficiência aos expositores e clientes, pois os corredores são muito estreitos, as barracas estão muito velhas e todos ficam expostos ao sol ou à chuva. Há também limitações para apreciar a mercadoria e atropelo para efetuar as transações. A Associação dos Expositores de Arte, Artesanato e Variedades da Avenida Afonso Pena (ASSEAP) está negociando com a Prefeitura Municipal uma infra-estrutura mais atraente, a gestão compartilhada e intensa fiscalização para impedir a presença de contrabandistas e cessão de direitos a estranhos ao corpo de artesãos credenciados. Essa agremiação apresentou, recentemente, aos expositores dois modelos de barraca com quatro compartimentos para maximizar o espaço físico. Está defendendo a proposta de patrocínio de grandes empresas que introduzirão peças publicitárias nos toldos para que os feirantes não precisem arcar com os custos das novas instalações.

A interdição da avenida ao trânsito ocorre às 2 horas para a montagem das barracas por pequenos empresários que garantem o transporte e o armazenamento em galpões específicos, cobrando R\$15,00 do expositor a cada semana. A venda começa às 4 h da madrugada, pois os sacoleiros de outras cidades procurar garantir a aquisição de várias unidades do mesmo modelo sem enfrentar os atropelos com os visitantes comuns que se avolumam a partir das 10 h. Tudo é encerrado às 14 h sob pena de multa, porque é indispensável fazer o desmonte das barracas e remover 5 t de lixo para liberar a pista ao trânsito às 17 h.

Ninguém consegue ver tudo numa única visita, pois a diversidade de produtos é muito grande e os corredores são estreitos, dificultando a circulação dos visitantes, especialmente no final da manhã.

A feira compreende 17 setores definidos pelo tipo de mercadoria e eles são identificados por cor específica dos toldos, conforme a seguinte lista:

- Setor A: barracas com toldo bege que comercializam mobiliário, cestaria, flores e arranjos. Ele se situa junto à esquina da avenida Afonso Pena com a rua da Bahia.
- Setor B: barracas com toldo vermelho que comercializam utilidades domésticas.
- Setor C: barracas com toldo cinza que comercializam tapeçaria, cama, mesa e banho.
- Setor D: barracas com toldo amarelo e branco que comercializam vestuário adulto.
- Setor E: barracas com toldo azul que comercializam vestuário infantil.
- Setor F: barracas com toldo azul e branco que comercializam brinquedos e utensílios para bebês.
- Setor G: barracas com toldo vermelho e branco que comercializam bijuterias.
- Setor H: barracas com toldo amarelo que comercializam arranjos e complementos.
- Setor I: barracas com toldo verde que comercializam bolsas, cintos e acessórios.
- Setor J: barracas com toldo marrom que comercializam calçados.

Os setores X, Y e Z compreendem as barracas de alimentação que têm toldo verde e branco. Estão situados nas duas extremidades e no início da avenida Álvares Cabral, ponto intermediário da feira. Há também o setor de quadros ao longo da calçada do Parque Municipal e o setor de esculturas que ocupa um vão do prédio da Receita Federal.

O apoio aos frequentadores encontra-se na avenida Álvares Cabral, abrangendo um stand da Gerência de Feiras, carro do Corpo de Bombeiros, ambulância, viaturas da Polícia Militar, fiscalização da Prefeitura Municipal e dois pipi-móveis. A Rádio Feira funciona como uma Central de Atendimento ao Cidadão para avisar sobre crianças perdidas, comunicar o risco de apresentação de cheques extraviados e dar recados de frequentadores aos seus acompanhantes. Ela fica na esquina da Rua da Bahia com a Avenida Afonso Pena junto ao Mercado das Flores.

Os banheiros químicos encontram-se em péssimo estado de conservação e são insuficientes para atender a 80 mil frequentadores. Além disso, os funcionários não vestem uniforme nem usam crachá de identificação da Prefeitura de Belo Horizonte, gerando insegurança a possíveis usuários que pagam uma taxa de R\$0,30. Alguns feirantes preferem usar o banheiro público do Parque Municipal ou dos bares próximos, igualmente precários. Isso gera muito desconforto, desestimulando a presença de turistas especialmente estrangeiros. Está prevista, entretanto, a instalação de 30 unidades quando houver a reestruturação da feira.

Esse desconforto soma-se à precariedade de informações, principalmente quanto à localização de barracas pelo tipo de produto e nome do expositor. Poucas apresentam uma placa com sua marca fantasia que orientaria melhor o consumidor se ele quiser retornar para comprar outra peça ou reclamar algum defeito. Existe também um grave problema de segurança, pois o policiamento não corresponde ao volume de freqüentadores e muitas pessoas circulam ao mesmo tempo em corredores estreitos, especialmente nos setores de bolsas e calçados que são os mais procurados. Alguns expositores reclamam que os policiais chegam somente às 9 h e não circulam diligentemente por todo o espaço. Muitas carteiras são furtadas, especialmente de turistas. Os marginais atuam em grupos e fogem para o Parque Municipal com o produto do roubo. Um posto policial funciona dentro da Prefeitura para lavrar os Boletins de Ocorrência (BO) e receber documentos e crianças perdidas.

Alguns feirantes compunham o grupo de pioneiros de 1969 e muitos estão ali há mais de 20 anos. Têm muito orgulho da sua atividade, principalmente após a declaração da Câmara Municipal de que a Feira de Artes, Artesanato e Variedades é patrimônio cultural de Belo Horizonte, pois ela divulga técnicas tradicionais de bordado, pintura, cerâmica, marcenaria, tapeçaria e outras artes com um formato arrojado para atender às demandas do consumidor por um produto diferenciado.

Como a alocação da feira na avenida Afonso Pena sempre acarretou transtorno para a região central, os expositores temem que a mudança para outro ponto da cidade implicará perda de charme ou de algum segmento social, pois grande parcela da população vai ali a pé ou usa diferentes linhas de coletivos. Além disso, o terminal rodoviário está próximo, permitindo acesso fácil de quem chega do interior mineiro.

A feira constitui, atualmente, um tradicional ponto de encontro, pois oferece vários tipos de salgados, bebidas e doces, mas as condições sanitárias não são satisfatórias, pois animais circulam, às vezes, pelos setores de alimentação e a higienização dos utensílios é precária. O lixo espalha-se por todos os lados, porque os freqüentadores não fazem o descarte nos cestos que se encontram em diferentes pontos da avenida.

Muitos expositores vendem apenas a dinheiro, porque tiveram muito prejuízo com cheques sem fundo ou sustados e não dispõem dos instrumentos para o uso de cartão de crédito informatizado. Isso afeta o volume de seu negócio, mas os artesãos preferem vender com segurança e querem acesso ao SERASA/SPC para conferir os dados dos cobradores.

Eles relatam diferentes tipos de golpes, como:

*Cheque sem fundos: compra com o cheque sem cobertura na data prevista. Se for de outra praça, o problema é maior, porque o cartório de protesto precisa ser da mesma praça do cheque e a cobrança direta não compensa diante da relação entre as despesas da viagem e o valor da transação.

*Cheque sustado: o cliente compra e logo depois susta o cheque alegando roubo, pois os bancos não exigem o Boletim de Ocorrência (BO) para fazer o cancelamento do documento. Um entrevistado descobriu que alguns cheques são sustados dentro do próprio ônibus que levam os lojistas de volta para sua cidade de origem;

*Cheque sem fundos depositado: o cheque é depositado e o cliente confirma por telefone que já está tudo certo. Se o feirante não confere a liberação no extrato bancário para expedir a mercadoria, o cheque volta e o prejuízo fica consumado;

*Golpe do envelope vazio: o cliente coloca um envelope vazio na máquina de um banco 24Horas e avisa por telefone que já fez o depósito, solicitando que o vendedor despache a mercadoria. Como a conferência bancária do envelope pode ocorrer somente em outro expediente, o artesão tem mais um prejuízo se tiver despachado seu produto.

Os problemas citados acima são de difícil solução. Os feirantes tentam, então, ações paliativas como estabelecer um valor mínimo do cheque a ser recebido, criar um pequeno banco de dados com os clientes assíduos e confiáveis e ampliar a aceitação de cartões de crédito.

Algumas barracas têm, atualmente, por iniciativa dos próprios feirantes, placas para identificar os produtos vendidos, o setor e a fila, mas elas não estão padronizadas, pois a administração municipal não participou desse processo. Resta ao visitante localizar a barraca pelo tipo de prédio de um lado da avenida ou pelo Palácio das Artes e indagar de um expositor em que corredor deve entrar.

Os sacoleiros de outros estados têm vários problemas, como assalto ao ônibus logo que ele estaciona em alguma via do entorno e desvio das suas compras por falsos carregadores. O credenciamento desse tipo de trabalhador é recente, mas abusos podem acontecer a qualquer momento.

Esses sacoleiros passam antes pela “Feira da Meia-Noite” e esse tipo de empreendimento espalha-se pela cidade oferecendo produtos eletrônicos que nunca são comercializados na Feira de Artes, Artesanato e Variedades.

O estacionamento de carros e ônibus ocorre nas ruas e avenidas do entorno e flanelinhas não credenciados exploram motoristas de outras cidades e determinam a posição do veículo no espaço. A BHTRANS não comparece para organizar o trânsito, mesmo no horário de pico da feira às 10 h. Não há também um policiamento especial em toda a região da feira.

Os expositores chegam à feira entre 4 e 6 h e precisam arrumar rapidamente sua barraca, porque muitos compradores chegam ali muito cedo. Alguns artesãos não podem pagar o transporte e vão a pé de bairros muito distantes empurrando um carrinho de mão com sua mercadoria; precisam sair, então, da sua residência às 22 h do sábado, expondo-se a assalto ao longo de avenidas desertas em terreno muito acidentado.



informações dos artesãos e de seus produtos. Os banheiros são insuficientes; não há áreas para descanso; todos se expõem às intempéries e os visitantes ficam entregues à própria sorte enquanto estão fora do perímetro da feira com o dinheiro para os negócios ou suas compras, porque o policiamento é precário, principalmente para o trânsito.

A feira tem reconhecimento como custo baixo de uma mercadoria atraente e merece, portanto, um gerenciamento qualificado para dinamizar os negócios, maximizando o trabalho dos expositores e oferecendo aos visitantes condições adequadas para aquisição dos produtos e divulgação do evento semanal em sua terra. Tudo ocorre, entretanto, na contramão dos modelos definidos para o turismo. Os artesãos não recebem instruções sistematizadas sobre estratégia empresarial para redirecionar sua atuação tanto na qualidade

de seu produto como nas técnicas para inserir-se num mercado cada vez mais exigente. Eles poderiam ter também mais reconhecimento como membros efetivos da economia informal que se realiza na dignidade do trabalho árduo, pois não contam com tecnologia avançada.

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte estabeleceu normas rígidas e recolhe taxa mensal de todos os expositores, mas oferece muito pouco aos artesãos e visitantes, desconhecendo as possibilidades para incrementar o turismo no Município e os benefícios econômicos gerados pelos negócios realizados ali e pela ocupação da mão-de-obra. Preocupa-se com a comercialização de produtos não autorizados ou circulação de ambulantes no espaço da feira e no entorno, mas não minimiza o desconforto e a insegurança de todos. Não existe ali, por exemplo, um posto de atendimento médico, imaginando talvez que uma ambulância do SAMU possa levar imediatamente alguém com mal súbito para o pronto-socorro que está a 1 km de distância.

A feira poderia ter uma central de consulta ao SPC ou pagamento por cartão de crédito eletrônico para que os expositores não ficassem ao alcance de falsários e pudessem vender mais sem exigência do dinheiro vivo, mas não se conhece algum projeto nesse sentido. Isso beneficiaria a todos, especialmente os 25 mil trabalhadores que participam do processo de produção e comercialização. Afinal, o turismo precisa voltar-se para o desenvolvimento local e atendimento aos anseios dos que deixaram sua residência buscando prazer, conhecimento e troca de experiências.

Não há atividade econômica, no mundo urbano-industrial, que não dependa de outros parceiros. A iniciativa privada deve aliciar-se ao poder público para dar mais dinamismo à produção com adoção de medidas que beneficiem produtores e consumidores, bem como a comunidade em que os dois segmentos estão inseridos. Isso indica que a antiga feira hippie de Belo Horizonte precisa adotar imediatamente as seguintes providências:

- Local para que as pessoas possam assentar-se e descansar;
- Espaço maior entre as barracas;
- Mais policiamento e cartilhas instrutivas para a segurança no local;
- Banheiros em diferentes pontos da feira;
- Fiscalização dos locais onde são fornecidos alimentos, para adoção de cuidados básicos no manuseio dos produtos e interdição de frituras em óleo saturado;
- Acesso direto dos visitantes ao cadastro dos expositores para obter informações sobre tipo de mercadoria;

- Marketing atraente;
- Central para consultas de cheques, cartões e outros documentos importantes no processo de comercialização de produtos;

Finalmente, é importante salientar que a iniciativa de 465 artistas plásticos permitiu a emergência de uma feira que trouxe benefícios para inúmeras pessoas enquanto espaço atraente para a comercialização de produtos nascidos na esperança, na criatividade e no trabalho árduo de quem ousou sonhar num dos piores momentos da história do Brasil. Ela surgiu da rebeldia de jovens talentosos, mas nunca mais deixou o cenário belo-horizontino, porque dinamiza a economia local com o vigor de um empreendimento que enche de orgulho muitas famílias.